

condições materiais para que os cientistas começassem a agir como ideólogos”, processo em que o regime militar procurava criar “um estrato de intelectuais orgânicos” para preencher um vazio ideológico na busca de uma legitimidade perante a opinião pública.

Nesse processo contraditório, ao longo do qual a SBPC redefinirá seu papel na sociedade civil, a comunidade científica reivindica a elaboração de uma política científica coerente, com a participação de cientistas. Os fatos parecem apontar, ao mesmo tempo, para uma certa ingenuidade política e para o fato de que “talvez fosse mais fácil combater uma política científica (contraditória) do que ações governamentais desconexas”. (p. 110)

Uma característica da boa ciência é sua capacidade para gerar discussão. Este livro, sem dúvida, tem esta marca de qualidade e, por isso mesmo, não escapará às polêmicas e debates. Como bem observa Ennio Candotti em seu prefácio, “Prepare-se para escrever um novo livro: ‘Alguns comentários sobre a SBPC’, em três volumes” ...

A “qualidade orgânica” da comunidade científica é, sem dúvida, um desses pontos polêmicos. A autora demonstra inequivocamente os pontos e os momentos em que a SBPC se aproximou dos governos militares, mas haverá – inevitavelmente – os que discutirão a hipótese da colaboração. Resta, de qualquer forma, uma polêmica teórica interessante: a qualidade orgânica, tal como formulada por Gramsci, seria conjuntural? Ou melhor, a organicidade de um grupo é determinada por circunstâncias e conjunturas? E a organicidade só se define com relação a um grupo fundamental (o dominante) ou também pode referir-se ao grupo fundamental dominado? Enfim, a discussão está aberta.

Outra medida do trabalho científico bem feito é a contribuição que ele pode dar para futuras pesquisas no mesmo campo ou em campos afins. Além de estabelecer-se como um trabalho de referência para o estudo da ciência no Brasil, o livro já apresenta, em suas páginas finais, indicações e sugestões de temas abertos pelas questões colocadas, tornando-se, assim, por mais esta razão, leitura obrigatória para os que se interessam pelo nosso desenvolvimento científico.

A pesquisa exaustiva e pertinente e, sobretudo, o bom aproveitamento e análise lúcida do material coletado, traduzidos numa linguagem acessível, sem “cientificismos” sufocantes indicam que o livro interessará a um público muito mais amplo que o que ele examina.

Para quem “milita” pelo desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, percorrer essas páginas que descrevem as “estranhezas e vicissitudes na história da SBPC” suscita, inevitavelmente, a idéia de que “plus ça change, plus c'est la même chose” ... Mas também instiga a continuar na luta ...

ENRIQUEZ, Eugène – **Da Honda ao Estado; psicanálise do vínculo social** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

Elimar Pinheiro do Nascimento
Departamento de Sociologia, UnB

Embora não seja necessário, Eugène Enriquez acha por bem criticar o

que ele denomina "as três concepções" sobre o Estado. A concepção marxista, por considerar unicamente o econômico, "esconde o político como fenômeno central de toda sociedade"; a concepção liberal, por oferecer uma representação asséptica da realidade social, "onde todos os cidadãos compartilham as mesmas normas, seriam compreensivos e tolerantes face às opiniões e ações divergentes", ignorando os "elementos trágicos do social"; a concepção autoritária, pois "só percebe o mundo sob a forma de um jogo cuja soma é nula", quando justamente a teoria dos jogos nos mostra que o mais comum são os jogos de soma não-nulas.

Para Enriquez, estas três concepções, embora falsas, enunciam, cada uma, "alguma coisa exata": a teoria marxista chama atenção para a luta subjacente e constante entre grupos sociais; a teoria liberal enfatiza o problema da aceitação das regras do jogo; e, finalmente, a teoria autoritária, a dificuldade em se chegar a um acordo que seja satisfatório para todos. Evidentemente que estas considerações são discutíveis, e pecam por uma excessiva simplificação. O forte do trabalho do professor francês, porém, não é a crítica da teoria social, mas antes o uso da teoria analítica para compreender o social, e neste, o lugar e a natureza do Estado. Particularmente do Estado Moderno.

Recorrendo a Sade, para quem o Estado Moderno "funda-se sobre a morte do Rei", sendo a "sociedade republicana uma sociedade dos amigos do crime", Enriquez lembra que os eixos que definem a origem das democracias modernas não são outros que: "a calúnia, o roubo, o assassinato, a prostituição e o adultério". Antes que entaves, elementos constituintes. Na origem do regime democrático encontra-se a luta interminável pelo poder entre irmãos, pois uma sociedade de igualdade é também, e fundamentalmente, uma sociedade de conflitos. A violência constitui o social, não lhe sendo algo decorrente ou justaposto mas integrante de sua própria essência.

Pelo desaparecimento do sagrado (personalizado no Rei, na rígida hierarquia social, na desigualdade de direitos e no domínio quase absoluto da cultura religiosa), tudo é permitido. A possibilidade do emergir luminoso do "estado natural" de Hobbes, do "eterno retorno" de Nietzsche, para quem a verdade não depende de argumentos lógicos, mas da relação de forças, da violência, coloca a velha questão da possibilidade de existência e continuidade do social. Quem regulamenta os conflitos? Quem "expulsa" o império puro e simples da força? Se o crime funda a sociedade democrática, mas não pode ser tomado como referência, como escondê-lo? Como escamotear o real, produzindo um outro real? A resposta já está na pergunta, pela sua própria tradição: o Estado.

As aproximações do trabalho de Enriquez não são apenas com Sade, com Hobbes ou com a tradição contratualista. São muito mais extensas. Com o marxismo, por exemplo, são notórias. Marx, Engels e Lenin cansaram-se de repetir que o Estado "nasce das contradições irreconciliáveis entre as classes sociais". Assim, é a violência de classe que funda este organismo que se coloca "aparentemente, acima de todas as classes e grupos", vestindo-se de "representante dos interesses gerais".

Para os derivacionistas o Estado é absolutamente necessário para impedir a dilapidação da força de trabalho, permitindo assim, a reprodução do capital

e, com ele, da sociedade. Órgão de classe, capitalista coletivo, apresenta-se como assegurador dos interesses gerais, retendo a vontade destrutiva dos capitalistas individuais, impulsionados pela concorrência desenfreada da lógica do capital.

Em **Da Horda ao Estado** o seu autor dirá de forma similar aos derivacionistas, que o Estado retém o impulso de morte, mas não sem desgastes, e profundos. Não há uma expulsão mas uma transfiguração deste impulso. Não eliminado ele permanece sob novos signos. O preço a pagar encontra-se no fetichismo, na instituição de novos sagrados, entre eles o dinheiro, a mercadoria, o consumo. O fetichismo nos remete a um mundo despedaçado, despersonalizado, habitado por objetos parciais. A vida é mantida e assegurada à custa de medicamentos, de drogas, de alienações, de tentativas sempre infrutíferas e contínuas de reapropriação, do desejo permanente da normalidade, da repetição, do tempo pleno, do ser produtivo, do corpo belo. Pedacos de madeiras que dão sobrevida ao naufrago.

O ponto de partida do livro de Enriquez é Freud, ou melhor, suas obras sociológicas (Totem e Tabu, Psicologia das Massas e Análise do Ego, O Futuro de uma Ilusão, O Mal Estar na Civilização, Moisés e o Monoteísmo, Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte). Porque tudo se inicia com a compreensão de como o social é instituído, do que permite o social se instaurar como tal. Empreitada que significa "descobrir os princípios gerais que presidem a organização". Evidentemente supondo-se que estes "princípios gerais" existem, e podem ser revelados.

O vínculo social, qualquer que seja, é vivenciado como uma relação com outros, com seres distintos. Af se encontra o fio primeiro da meada: o ângulo freudiano da alteridade e de seu reconhecimento. Por isto mesmo o vínculo social apresenta-se, inicialmente, como trágico: o outro tem a possibilidade de ser tudo. O vínculo social apresenta-se também como angústia. O social se institui na luta contra a indiferenciação, na implantação da alteridade que é primeiro classificação (definição), segundo, separação (compartimentação), para finalmente tornar-se dominação (hierarquização). Nas palavras do próprio autor: "todo sistema de classificação inscreve no corpo social as normas que devem reger a vida em grupo, normas sempre legitimadas por uma lei (palavra fundadora que define a ordem do mundo, pronunciada um dia pelos deuses ou pelos grandes ancestrais, e que dá sentido ao grupo e à sua ação)". Dominação, sempre representada como algo distinto: o império da vontade divina, o império da lei (socialização).

O social, como consequência dos procedimentos de classificação, separação, dominação e representação, é uma obra masculina (as feministas que se cuidem), pois a "função paterna distancia o caos e abre o caminho da civilização". O feminino representa a indiferenciação, a relação orgânica, caótica. É o corte simbólico do cordão umbilical (o segundo corte) que permite definir quem é quem (mãe e filho), instituindo a separação (proibição do incesto) e, em seguida, a dominação (do Pai). A morte simbólica do Pai, finalmente, institui o social (representação, ou, como preferem outros, fetichização do domínio).

O processo classificatório, que institui o outro, inicia-se pelo estabelecimento das diferenças de sexo e de idade. Diferenças evidentes, e naturais, que

instituem o social. Por esta mesma razão é que a dominação se inscreve inicialmente nestes espaços: dos homens sobre as mulheres e dos velhos sobre os jovens. Ampliando-se em seguida para a natureza e a criação de novos sagrados. A modernidade é o aperfeiçoamento deste processo, fruto da Revolução Francesa: "a dominação do dinheiro sobre o trabalho, do fetiche sobre as relações sociais, da potência genital (paterna) sobre as pessoas que se tenta permanentemente infatilar, do signo sobre o esforço real (músculo ou cérebro)".

Para se compreender o significado e importância do trabalho de Enriquez é preciso ter presente que ele se inscreve em um movimento montante de obras de mesmo nível, ou seja, que tentam recorrer à teoria analítica para repensar o social (Marcuse, Kaufmann, Moscovici, Aulagnier, Girard, Caillos, Gessain, entre outros). Não é o narcisismo o termo que "define" hoje a nossa cultura? Na França, mesmo espaços "sagrados", como o Laboratório do Professor Alain Touraine, são invadidos pela onda que ressurgiu. No Brasil, presente há algum tempo (vide os trabalhos de Jurandir Freire) promete dar o que falar no futuro (vide, proximamente, o trabalho de João Gabriel Teixeira).

PÉCAUT, Daniel – **Os Intelectuais e a Política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

Mariza Veloso Motta Santos
Departamento de Sociologia/UNB

O livro de Daniel Pécaut traz relevante contribuição às Ciências Sociais, no Brasil, especialmente neste momento em que o país experimenta uma nova travessia na configuração das representações e práticas em torno de diversas instituições sociais e culturais, com ênfase para as universidades, centros de pesquisa e entidades culturais.

Pécaut aborda, principalmente, as relações sobre política e cultura construídas pelos intelectuais brasileiros entre 1925 a 1982. A importância que alcança ao nos mostrar o modo de constituição das categorias "política" e "cultura", em especial o relacionamento que estas mantêm entre si, reside na postura radical que assume ao construí-las e operacionalizá-las sob um enfoque eminentemente histórico.

Dentro desse eixo, o autor não se fixa na rigidez daqueles que entendem a questão das representações coletivas sobre o Brasil como **um dever ser adequado ao país**, mas acompanha e ilumina o caminho percorrido pelos intelectuais – particularmente os cientistas sociais – quando da construção das categorias "política" e "cultura". Através de sua análise, o autor evidencia que ambas as categorias sempre estiveram permeadas pela idéia de **constituição da nação**, o que resultou numa forma de operacionalização muito específica, ou seja, centrada na discussão entre o "ser social" e "ser político", ou ainda, entre sociedade e Estado.